

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM ESTUDO EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

Poliana Grela (PIBIC/CNPq), Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora). E-mail: ra120069@uem.br; daferrazza@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

**Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Psicologia Social**

**Palavras-chave:** Saúde Mental de Mulheres; Gênero; Violência Doméstica.

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar as vivências de usuárias atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) de um município no interior do estado do Paraná, com especial atenção aos casos de mulheres em situação de violência doméstica. Esta pesquisa exploratória foi realizada por meio da seleção e coleta de informações de 50 prontuários de usuárias atendidas no serviço e da realização de entrevistas semiestruturadas com três profissionais do CAPS II. A partir das informações coletadas, pôde-se compreender que o CAPS é uma instituição de cuidado em saúde mental que também atende mulheres que apresentam mal-estares subjetivos atravessados por iniquidades de gênero. As questões relacionadas à violência de gênero aparecem como aspectos que atravessam a vida de muitas mulheres e produzem sofrimentos psíquicos que também podem estar sendo compreendidos e reduzidos pelos profissionais em determinações de diagnósticos psiquiátricos que culminam em prescrições psicofarmacológicas. Conclui-se ser fundamental que os profissionais das equipes de saúde do serviço estejam preparados para o atendimento de mulheres no que concerne à violência de gênero.

### **INTRODUÇÃO**

As condições de violência interferem nas vivências de mulheres e impactam na saúde física e mental, com repercussões também na vida social e econômica. Barbosa, Dimenstein e Leite (2014) indicam que, em relação aos impactos da violência na vida psíquica de mulheres, sentimentos como tristeza, insegurança, sentimentos e pensamentos persecutórios, auto e hétero destrutividade, rebaixamento de autoestima, irritabilidade, labilidade, intolerância e agressividade passam a compor o repertório emocional das mulheres que vivenciaram situações de violência.

Contudo, os relatos de mulheres em condição de violência, em inúmeras vezes, não são compreendidos pelos profissionais de saúde. Desse modo, a invisibilidade da violência contra usuárias de serviços de saúde pode se configurar em situações de sofrimento psíquico reduzidas a diagnósticos psiquiátricos e prescrições de psicofármacos (Campos; Zanello, 2016).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender a violência doméstica vivenciada por usuárias de um CAPS II, por meio da análise de prontuários de mulheres do serviço, e como tais circunstâncias podem ser produtoras de sofrimento psíquico e de processos de “psiquiatrização” do corpo feminino. Além disso, por meio da realização de entrevistas com profissionais da saúde, busca-se compreender a percepção sobre o tema da violência de gênero e o tratamento designado às usuárias do serviço que já sofreram violência.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa exploratória qualitativa foi realizada em um CAPS II de um município no interior do estado do Paraná e foi dividida em três momentos. No primeiro momento foi realizado o levantamento e seleção de publicações científicas relacionadas aos Estudos Feministas e ao tema da Violência Doméstica, bem como suas relações com o tema da saúde mental de mulheres. No segundo momento, foi feita a seleção e a coleta de informações de prontuários de usuárias que já foram atendidas no CAPS II para analisar a queixa inicial, o diagnóstico psiquiátrico, o tratamento determinado e os encaminhamentos realizados, com especial atenção aos casos de mulheres que sofreram violência doméstica. Para tanto, foi constituída uma amostra de 50 prontuários de usuárias mulheres que foram selecionados a partir das iniciais dos nomes de acordo com a sequência das letras do alfabeto (da letra A até a letra Z selecionou-se um nome e ao final do alfabeto iniciou-se novamente a seleção a partir da letra A). Por fim, no terceiro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três profissionais da equipe de saúde do CAPS II (uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional e uma enfermeira), com o intuito de compreender o tratamento designado às mulheres usuárias do serviço que já sofreram violência doméstica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos 50 prontuários de usuárias que foram atendidas no CAPS II, foi possível constatar o perfil socioeconômico dessas mulheres. A maioria (64%) das usuárias se encontravam na faixa etária entre 18 e 38 anos, se autodeclararam brancas (42%), e eram solteiras (38%). Além disso, notou-se que a maior parte das usuárias (36%) estava desempregada e, dentre os 26 prontuários que informaram acerca da renda familiar, o maior número (18%) delas constava na faixa de dois a

três salários-mínimos, bem como, a maioria (64%) informam que as mulheres não são beneficiárias de Programas Sociais.

Em relação à queixa inicial, a maioria (n=11) apresentou “Sintomas ansiosos e depressivos, pensamentos e/ou tentativas de suicídio, medo e choro fácil”. Assim como, o maior número de usuárias (32%) recebeu a hipótese diagnóstica de “Transtorno Afetivo Bipolar” (TAB). Foi possível perceber que em relação ao tratamento destinado às usuárias do dispositivo, estas realizavam atendimentos individuais (66%), em grupo (64%) e participavam de oficinas terapêuticas (60%), bem como, utilizavam diferentes tipos de medicamentos psicofarmacológicos que lhes eram prescritos, de modo que a maioria (n=38) fazia uso de antidepressivos.

Em relação às entrevistas semiestruturadas realizadas com três profissionais da equipe de saúde, constatou-se que as profissionais do CAPS compreendem que a violência de gênero causa impactos na vida psíquica de usuárias do serviço. Campos, Magalhães e Tuesta (2020) consideram que os sofrimentos psíquicos vivenciados pelas usuárias de um CAPS estão acompanhados por um histórico de violências experienciadas ao longo de sua vida, as quais reverberam até os dias atuais causando impactos em sua saúde mental.

Além disso, os profissionais entrevistados sinalizam a ausência de capacitações e formações acerca da temática da violência de gênero, as quais poderiam melhor prepará-los para uma conduta de acolhimento com maior sensibilidade e cuidado em relação aos casos. Desse modo, os profissionais poderiam ter maior visibilidade na identificação das violências de gênero, evitando negligenciar os relatos de violência que precisam ser acolhidos e encaminhados aos dispositivos de enfrentamento à violência, inclusive porque algumas mulheres também podem vivenciar ameaças e risco de perder a própria vida.

As profissionais do CAPS também relataram pouco conhecimento em relação à Lei Maria da Penha, o que pode gerar dificuldades nos acolhimentos/atendimentos de mulheres em situação de violência. Por fim, foi possível notar que há um desconhecimento das trabalhadoras do serviço de saúde acerca da importância, bem como, do conceito de notificação compulsória de violências, o que impede que realizem tal ação com maestria, além de contribuir para que ocorra um aumento da invisibilidade e da subnotificação da violência.

## CONCLUSÕES

Diante da tentativa de compreender as vivências de usuárias atendidas em um CAPS II de um município no interior do estado do Paraná, com especial atenção aos casos de mulheres em situação de violência doméstica, foi possível identificar que as profissionais do CAPS compreendem que a violência de gênero causa impactos na vida psíquica de usuárias do serviço e consideram perceptível casos de usuárias em situação de violência física e sexual, mas relatam dificuldades de identificarem e reconhecerem a violência moral, psicológica e patrimonial. Outrossim, notou-se que

há uma ausência de capacitações dos profissionais acerca da temática da violência doméstica nos serviços de saúde, tal qual contribui para o aumento da invisibilidade da violência, bem como, para a desresponsabilização de trabalhadores da saúde que acreditam que somente profissionais do campo psi estão habilitados para lidar com a temática. Com a presente pesquisa também foi possível observar que a prescrição e orientação para o uso de psicofármacos encontra-se tão enraizada pelos discursos biologizantes que, ainda que o CAPS, como serviço substitutivo às internações manicomiais, vise romper com o paradigma hospitalocêntrico manicomial medicalizador, parece continuar reproduzindo práticas de “psiquiatrização” da violência contra a mulher.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora orientadora, Daniele de Andrade Ferrazza, por todos os diálogos e assistências durante as orientações, além da oportunidade, juntamente com a Universidade Estadual de Maringá, de proporcionar-me a realização do PIBIC. Ademais, agradeço ao Centro de Atenção Psicossocial II o qual me permitiu realizar a pesquisa, bem como, aos funcionários que se voluntariaram a participar. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo investimento nas pesquisas das universidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. B.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re) pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32, n. 2, p. 309-320, 2014. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/apl32.2.2014.09/2395>. Acesso em: 10 out. 2023.

CAMPOS, I. O.; ZANELLO, V. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 48, p. 105-117, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11505>. Acesso em: 20 set. 2023.

CAMPOS, I.O.; MAGALHÃES, Y. B.; TUESTA, A. A. Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista do NUFEN**, v. 12, n. 3, p. 116-138, 2020.